

A LEI 11.645/2008 E O ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO

João Paulo Maciel

paulo13maciel@yahoo.com.br¹

Lerice de Castro Garzoni

lerice.garzoni@gmail.com

Resumo

A apresentação analisa e compara três livros didáticos de geografia que foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e poderiam, a partir da demanda das escolas públicas, ser distribuídos para alunos do Ensino Médio de todo país a partir de 2018. Nesses livros, foram selecionados os capítulos ou os trechos que abordam o tema da população brasileira. Baseado na crítica documental e na revisão bibliográfica, esse material foi avaliado, com o objetivo de observar como temas relacionados à lei 11.645/2008 foram tratados, desenvolvidos ou negligenciados em cada um deles. A partir desse trabalho, foi possível observar que, não raro, a abordagem sobre a população negra e indígena, assim como sua importância em termos históricos e geográficos, é pontual e pouco cuidadosa, abrindo margem para interpretações equivocadas por parte dos alunos. Também é importante destacar que a presença das nações indígenas é ainda menor em relação à da população negra, o que compromete o efetivo cumprimento da legislação aprovada há dez anos.

Palavras-chave: diversidade, população, respeito.

Introdução

Há dez anos, a lei 11.645/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a fim de “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-brasileira e Indígena’” (BRASIL, 2008). Essa alteração foi fruto de um longo processo de lutas do Movimento Negro e do Movimento Indígena, tendo sido marcado pela aprovação anterior da lei 10.639/2003. Marco importante na legislação educacional brasileira, há ainda uma série de barreiras para ser, de fato, implementada, seja pela falta de formação do corpo docente, seja pela existência de preconceitos por parte de instituições, educadores e comunidade em geral. Nesse contexto, é possível considerar que uma

¹ O presente trabalho é produto de pesquisa de TCC apresentado como pré-requisito para Licenciatura em Geografia, no ano de 2018, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Poços de Caldas, sob orientação da professora Lerice de Castro Garzoni.



das formas mais apropriadas para incentivar o processo de ensino-aprendizagem desses temas seriam os livros didáticos, na medida em que apresentassem esse novo conteúdo de forma coerente e crítica, incentivando o estudo e a reflexão por parte de alunos e professores.

No Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, prevê regras para elaboração e distribuição desses materiais em todo o país. Ele poderia ser, portanto, um meio poderoso de estimular a introdução de temas relacionados à diversidade étnico-racial em todas as disciplinas da Educação Básica. Isso porque, apesar de prever que essa temática deva ser abordada, de forma especial, na educação artística, de literatura e de história, a legislação também afirma que esses conteúdos devem ser “ministrados no âmbito de todo currículo escolar” (BRASIL, 2008).

Com o objetivo de avaliar como essas questões foram tratadas nos livros didáticos de Geografia, voltados para o Ensino Médio, a pesquisa analisou e comparou três livros distintos, aprovados pelo PNLD e distribuídos a partir de 2018. Foram selecionados três coleções que apresentavam visões e formas de abordagens diferentes entre si. Em todas elas, foram selecionados os capítulos que tratavam sobre a população brasileira, o que foi observado no segundo volume nas três coleções, ou seja, no material direcionado para alunos do segundo ano do Ensino Médio. Baseado na crítica documental e na revisão bibliográfica, esses capítulos foram analisados e comparados, o que permitiu observar algumas lacunas e potencialidades em relação à questão da diversidade étnico-racial em nosso país.

Conhecendo os livros didáticos

Na coleção “Geografia em rede”, dos autores Edilson Adão Silva e Laércio Furquim Junior, o tema a população brasileira aparece na unidade 2, do segundo volume, intitulada “Espaço, Sociedade e Cidadania”, mais especificamente no capítulo 6, abordando os seguintes tópicos: crescimento populacional e distribuição territorial, estrutura etária, envelhecimento da população e seus impactos, mudanças na estrutura familiar e diversidade cultural, sendo que nesse último há a divisão entre: presença negra, presença indígena, imigrantes de ontem e hoje e, por fim, migrações internas.

Para refletir sobre a formação do povo brasileiro, são identificados dois momentos distintos: inicialmente, a união de três raças, representadas pelos indígenas, pelos portugueses e pelos negros. Posteriormente, teria ocorrido a vinda de outros povos europeus, como os

italianos, espanhóis, ucranianos, alemães, poloneses, holandeses e franceses e, ainda mais tarde, os japoneses e os árabes. Graças a esses processos, o país representaria uma “pluralidade cultural única no mundo” (SILVA e FURQUIM, 2016, p. 112).

De certa forma, essa abordagem parece reforçar concepções que datam do século XIX, quando houve um esforço para definir a História Nacional no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), considerando a formação da população brasileira como resultado da fusão de três raças: europeus, índios e negros, perspectiva que tende a subestimar o conflito, destacar a figura dos europeus e omitir a diversidade existente dentro de cada grupo (GUIMARÃES, 1998). Caberia, portanto, que os autores problematizassem esse discurso, a fim de que os alunos tivessem subsídios para desenvolver uma visão crítica sobre uma explicação que, recorrentemente, emerge no senso comum.

Os autores também citam o trabalho do sociólogo e escritor Gilberto Freyre, como um dos primeiros estudiosos a analisar a miscigenação brasileira. Segundo os autores, ele tem importância fundamental ao colocar em questão a lógica da superioridade do colonizador europeu branco sobre os índios e negros. Por outro lado, ainda segundo os autores, Freyre afirma que a miscigenação prevaleceu sobre o preconceito, ou seja, que não há discriminação racial no país. Essa interpretação, bastante recorrente nos debates sobre relações raciais desde a década de 1930, gerou a noção de que existiria uma “democracia racial” no Brasil, embora a expressão não apareça na obra freyriana. Ao mencionar esse autor e reforçar a questão da democracia racial como mito, em consonância com as críticas elaboradas no âmbito da Escola de Sociologia Paulista a partir de 1960 (COSTA, 1999, pp.365-384), o livro permite a reflexão sobre elementos que são fundamentais para o entendimento das relações raciais no Brasil.

Sobre a presença dos negros, o capítulo afirma que teria sido consolidada pela necessidade de obter mão-de-obra para o desbravamento do país. Os negros trazidos da África foram arrancados de suas terras e escravizados, sendo que há muitas etnias entre os grupos residentes no país (nagô, monjolo, benguela, jejê, haussá, entre outros). Em geral, eles eram classificados como “sudaneses” quando vindos da Serra Leoa, Costa do Marfim e Gâmbia, “africanos islamizados” aqueles vindos da atual Nigéria e os “bantos” quando residiam em uma faixa indo da atual Angola até o Moçambique.



Segundo os autores, os costumes e tradições dos africanos ajudam a compor a cultura brasileira, estando presentes na música, dança, religiosidade, culinária, língua entre outros. O livro destaca que o Brasil foi o país que mais importou escravos: em média, 4 milhões de africanos foram trazidos para cá. Entre os argumentos usados, pelos contemporâneos, para justificar a escravização dos negros africanos, o material cita o lucro obtido com o tráfico, a necessidade da mão-de-obra e até mesmo a posição da Igreja, que chegou a atestar que os negros não tinham alma. Os autores também elencam o argumento de que “o negro se adaptou ao tipo de trabalho recusado pelo indígena” (SILVA e FURQUIM, 2016, p. 113).

Em relação à escravidão africana, o destaque para a pluralidade de nações que foram embarcadas de forma compulsória para as Américas, e em especial para o Brasil, é algo extremamente positivo, pois alerta para o fato de que os africanos escravizados não formavam um grupo homogêneo, o que gera uma série de impactos em sua inserção no Novo Mundo. Por outro lado, os autores remetem a argumentos religiosos e econômicos, usados pelos próprios contemporâneos para explicar o recurso à mão-de-obra africana escravizada. O destaque para essa visão europeia sobre esses trabalhadores é bastante problemática, pois omite questões importantes, seja a existência de diferentes noções de trabalho, sobretudo entre os povos indígenas (SOUZA, 2016), seja o pressuposto da suposta facilidade de adaptação dos africanos ao trabalho escravo. Esse último aspecto também precisaria ser discutido, pois abre brecha para explicações simplistas que ignoram as múltiplas possibilidades de resistência dos indígenas e dos africanos e a própria noção de “barreira imunológica” (CUNHA, 1992, p.12).

Outro ponto importante trabalhado no capítulo é a formação dos quilombos, lugares nos quais africanos escravizados e seus descendentes se refugiavam e formavam suas famílias, plantavam e colhiam em comunidade. O quilombo mais importante que houve foi o Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, no século XVII, no atual estado de Alagoas, sendo que o livro traz uma fotografia de um busto de Zumbi com a legenda de que “ele empresta a data de sua morte para celebrar o dia da Consciência Negra” (SILVA e FURQUIM, 2016, p.114). Destacar a formação de quilombos e sua importância, assim como o destaque de Palmares e seu líder, é um ponto positivo, pois leva a reflexão sobre a escolha do 20 de Novembro como dia da Consciência Negra. Por outro lado, é preciso estar atento para que o livro não reproduza a “pedagogia do evento”, desenvolvendo atividades em dias específicos,

sobretudo em torno do 13 de Maio, do Dia da Consciência Negra ou do Dia do Índio, sem um debate atento ao longo do ano letivo (BAKKE, 2011; BONIN, 2007).

Como destaca o livro, a luta pela libertação dos escravos foi muito longa, sendo somente houve a abolição dos escravos em 1888. Ainda assim, a vitória não se deu por completo pois, mesmo sendo livres da condição de escravos, ainda estavam presos a uma condição social de inferioridade. Ex-escravos não tiveram acesso a terras, escola, trabalho, sendo observadas algumas melhorias pontuais somente a partir do século XX. O livro traz os dados levantados pelo Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2014, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que mostram a verdadeira exclusão social vivida pelos negros, o que fica evidente nos índices de analfabetismo, anos de escolaridade, acesso ao ensino superior e, principalmente, distribuição de renda. Segundo o livro, os diferentes grupos se mobilizaram para cobrar do governo políticas públicas favoráveis a essa parcela da população.

Essa política é pautada nas ações afirmativas, cuja defesa está baseada no argumento de que é preciso melhorar a vida dos afrodescendentes para reparar um erro histórico, já que o acesso a muitos direitos foi negado a seus antepassados. De outro lado, há grupos que questionam o sistema de cotas, argumentando que no momento em que se oferece supostas regalias aos afrodescendentes pelo quesito cor da pele, já está sendo praticado o preconceito sobre esse indivíduo, colocando-o sob um nível inferior. No final deste tema, os autores colocam em um quadro à parte, convidando o aluno a refletir sobre a questão das cotas e a registrar sua opinião no caderno. Pensar sobre a relação entre passado e presente, assim como suscitar a noção de “dívida histórica” é um aspecto fundamental nessa publicação. De forma semelhante, é pertinente compreender os argumentos existentes em relação às cotas raciais, pois envolvem aspectos fundamentais para enfrentar e combater o racismo. Entretanto, é imprescindível enfatizar que, no contexto atual, as cotas constituem um direito que deve ser respeitado, ainda que a matéria seja alvo de controvérsia mesmo entre especialistas. Seria importante que os autores fizessem essa ênfase, a fim de evitar o preconceito contra os cotistas.

A respeito da presença indígena é apresentado um mapa do Brasil com o título “Terras Indígenas” do ano de 2015, que identifica a localização das terras indígenas e uma foto de alguns índios da etnia Barasana, localizada em Manaus, AM, no ano de 2014. O tema se encontra em duas páginas, iniciando com dados do censo do IBGE de 2010, segundo o qual



0,4% da população brasileira é indígena, o que corresponde a cerca de 817,9 mil brasileiros, número muito pequeno quando comparado à estimativa da população de nativos antes da chegada dos colonizadores. Os índios são distribuídos em mais de mil povos, falando mais de mil línguas, sendo o tupi a principal. Os indígenas estão, em sua maioria, morando na Amazônia onde, segundo os autores, “a história econômica do Brasil permitiu que ficassem” (SILVA e FURQUIM, 2016, p. 116). O total da área sob responsabilidade dos indígenas gira em torno de 13,6 % do território brasileiro, 1,2 milhões de km², sendo 545 áreas demarcadas em 2015.

O capítulo toma como exemplo a etnia Yanomami que, localizada no território entre o Brasil e Venezuela, está sofrendo intensa diminuição demográfica por causa das doenças trazidas pelos garimpeiros, que reivindicam o direito em explorar as terras indígenas. O genocídio e etnocídio na época da colonização são abordados pelos autores. Outro tema trazido à tona é a questão da demarcação de terras, sendo que os índios vêm perdendo suas terras devido à existência de exploradores das aldeias quase sempre ilegais. Por esse motivo, é citado o protesto indígena guarani-kaiowá, o segundo maior grupo do país, que ameaçou cometer suicídio coletivo no ano de 2012, caso suas demandas não fossem atendidas. Na tentativa de mudar essa situação, o governo iniciou uma política de demarcação de terras.

Assim, em relação aos indígenas, é possível observar que, embora os autores mencionem algumas ações de etnias específicas no presente, eles parecem reforçar a associação entre indígenas e o passado, o que remete ao período colonial, ao “encontro” com os europeus e, não raro, reforça a vitimização indígena (SILVA, 2014; WITTMANN, 2015). Os autores perdem, nesse quesito, a oportunidade de pensar o indígena como um sujeito de fato, cuja ação e mobilização têm impactos políticos e sociais do mundo contemporâneo. Além disso, há uma visão superficial sobre os conflitos de terra, pois não há um esforço para compreender os valores e as perspectivas indígenas, assim como a centralidade da questão territorial para manutenção da cultura (LIMA, 2015).

O segundo livro empregado é a da “Geografia das redes”, do autor Douglas Santos, segundo ano do Ensino Médio. Nesse livro, não há um capítulo específico que trabalhe a formação da população brasileira, mas é possível identificar referências ao tema no capítulo 07 da unidade 03, mais especificamente nos seguintes tópicos: as inter-relações entre os povos, as religiões e seus lugares, o Brasil e seus preconceitos e a cor e a idade dos homicídios no Brasil. No início desse capítulo, é abordado a variação de línguas e os países que as adotam, mostrando

como as línguas dos colonizadores se espalharam pelo mundo. Segundo o autor, além de explorar o trabalho dos povos conquistados, os colonizadores impuseram elementos culturais. Porém, ainda nesse mesmo tópico, ele menciona as “intensas trocas” entre os diferentes povos (SANTOS, 2016, p. 119).

Utilizando-se do mapa “Brasil: terras indígenas e urbanização” (SANTOS, 2016, p.129), que identifica a localização da maior parte da população indígena no Brasil e também quais os municípios com população igual e superior a 250.000 habitantes, o autor aborda a questão indígena. O mapa ajuda a compreender os conflitos por terra, principalmente quando há diferentes grupos que lutam por um mesmo espaço geográfico, como é o caso de agricultores, movimentos de sem-terras e indígenas. São abordadas as tensões que envolvem a questão da demarcação de terra dos indígenas: que, na opinião dos grandes produtores, há uma imensa porção de terra sob a posse dos indígenas que não produzem nada, enquanto há tanta gente sem terra, também é importante destacar que, logo que algumas famílias recebem a posse das terras, elas vendem para os grandes agricultores para aumentar a produção agrícola. Nesse contexto, o livro apresenta uma foto de uma plantação de arroz em Pacaraima, localizada nas terras indígenas Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, no ano de 2004. Novamente, é possível criticar a falta de ênfase na perspectiva indígena e à questão da terra nessa cultura.

O autor aponta uma ação preconceituosa, em relação aos indígenas na atualidade, que reafirma o discurso dos europeus na época da colonização, no qual os índios eram considerados preguiçosos, uma vez que cultivavam suas terras somente para o consumo próprio. Também aborda o preconceito sofrido pelos negros nas grandes cidades, onde são privados de melhores condições de vida com falta de emprego, moradias, educação entre todos os aspectos sociais. É bastante pertinente a associação entre preconceitos, contra grupos específicos, e o espaço geográfico. Porém, há ausência da perspectiva desses grupos, assim como de sua luta e agência ao longo do tempo.

Outro dado relativo à população brasileira abordado pelo livro é a questão religiosa: por meio de gráficos e mapas, ele apresenta a distribuição de algumas religiões. É possível perceber que a maior parte da população brasileira se considera Católico Apostólico Romano, sendo 64%. Em segundo lugar, os Evangélicos de origem Pentecostal somam 13,3% e a população sem religião é de 8,0%. Há uma grande variedade de grupos religiosos, porém o mapa “Religiões no Brasil: índice de diversificação religiosa (2000)” não mostra a distribuição



territorial das manifestações religiosas de origem africanas como a umbanda e o candomblé, muito menos as religiões como o judaísmo, islamismo, budismo, *hare krishna*, *seicho-no-ie* e espiritismo, como destacado pelo próprio autor.

Uma informação bastante importante é sobre o número de homicídio no Brasil, evidenciada em um quadro, apresentando um mapa da violência em 2012, elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz. Nesse mapa, os índices de homicídios de negros se caracterizam pela “presença de uma agressão intencional de terceiros, que utiliza qualquer meio para provocar danos ou lesões que originam a morte da vítima” (WASELFISZ, 2012, p. 8 apud SANTOS, 2016, p. 133). Analisando o gráfico existente no quadro, fica explícito que, entre as vítimas de homicídios no Brasil, a quantidade de jovens negros é muito maior do que os brancos da mesma idade, o que chama a atenção para o debate sobre racismo.

O terceiro livro analisado foi o volume 2 da coleção “Ser Protagonista”, no qual a temática sobre a população brasileira é abordada em dois capítulos, encontrados na unidade 3 do volume, intitulado “dinâmicas populacionais” (BALDRAIA, 2016). O capítulo 12, denominado “a população brasileira”, apresenta os seguintes tópicos: estrutura étnica e dinâmica populacional; a educação no Brasil; evolução do índice de desenvolvimento humano; presença da África; ser negro no Brasil hoje; desvelar o machismo. O capítulo 14 recebeu o nome de “migrações no Brasil”, sendo composto pelos temas: o imigrante na formação do Brasil contemporâneo; os fluxos migratórios internos; as novas fronteiras populacionais; os movimentos migratórios no Brasil; o Brasil na rota dos imigrantes do século XXI; presença indígena; o panorama da imigração no Brasil e migrações internas no Brasil.

O capítulo 12 apresenta dados do censo demográfico 2010, segundo o qual a população brasileira tinha uma quantidade quase igual de pessoas que se declaram branca (47,7%) e de pessoas que se declaram pardas ou negras (50,7%). Nessas duas últimas categorias, distribuem-se a população negra e também outros grupos. Havia ainda uma pequena quantidade de indígenas (0,4%) e amarelos (1,1%). Sobre a desigualdade social, o capítulo destaca que, embora tenham ocorrido algumas conquistas ao longo das duas últimas décadas, como a ascensão econômica de parte da população que se encontrava em extrema pobreza, a redução da mortalidade infantil, o aumento do poder de consumo, há muita diferença socioeconômica entre brancos e demais grupos étnicos, pois os brancos ainda apresentam uma maior chance de ascensão social. Descendentes dos colonizadores portugueses e, mais tarde, de imigrantes

européus (portugueses, espanhóis, italianos, etc), eles ficaram livres das condições de violência vividas por negros e índios ao processo de colonização, o que influenciaria a realidade social até os dias atuais. Como destacado na análise do primeiro livro, é positiva a associação entre história e presente, com destaque para seus desdobramentos históricos, culturais e geográficos.

Com relação à “presença da África”, o capítulo traz duas páginas com os temas: “*O hip-hop* e as denúncias das desigualdades” e o “*Hip-hop* no Brasil”. Nascido nos subúrbios de Nova York e Chicago, onde as pessoas enfrentavam muita pobreza, violência, tráfico de drogas, descaso por parte do Estado e racismo, o movimento hip-hop se caracteriza pela denúncia desses problemas. Segundo os autores, o *hip-hop* é a junção do *break* (dança), grafite (desenhos nas paredes com tinta e spray) e o *rap* (música). Os líderes organizavam disputas entre seus participantes, no intuito de acabar com os conflitos entre gangues. Esse movimento rodou o mundo, divulgando *hip-hop*, arrecadando fundos e promovendo campanhas contra o preconceito nos Estados Unidos. Um dos objetivos do movimento era proporcionar aos jovens excluídos a liberdade de expressão por meio da arte, que ocorria no momento que se encontrava com seus grupos.

No Brasil, o movimento *hip-hop* foi apropriado pelos jovens, se encontram para ouvir músicas, dançar e discutir novos lançamentos, orgulhosos de seus cabelos estilo *Black Power*. O ritmo se popularizou no Brasil, denunciando as formas de racismos, desigualdades sociais e marginalização das periferias. A partir do movimento, foram criados grupos que lutavam por benefícios em prol da sua causa. É apresentada também uma foto de dançarino de *break* (*b-Boys*) em São Paulo (SP) de 2014, e uma questão para discussão sobre a demarcação territorial a partir do *hip-hop*. Essa abordagem é extremamente interessante para chamar a atenção dos alunos, valorizar a luta de grupos historicamente excluídos e mostrar a dinâmica da cultura ao longo do tempo e dos lugares.

Em seguida, um texto com o título “Ser Negro no Brasil Hoje”, escrito pelo geógrafo Milton Santos e uma foto sua do ano de 2001. Milton Santos foi um grande intelectual brasileiro, destacando-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, especialmente na geografia urbana. O texto aborda a temática da ambivalência que o país trata a questão do negro, partindo do pensamento dos autores Florestan Fernandes e Octavio Ianni. A crítica feita relaciona-se ao fato de o preconceito ser velado, uma vez que a sociedade, os partidos políticos e governantes pregam que não existe racismo na sociedade. Porém, a desigualdade racial se faz



presente na população em que os negros ocupam os lugares na base da pirâmide, salvo raras exceções, que venceram por seu talento e mérito aproveitando-se de pequenas brechas no sistema. No final do texto, há duas questões com a proposta de desenvolver um debate crítico sobre a realidade que o país vive em relação aos negros e ao racismo. Apresentar um intelectual negro aos estudantes, assim como propor um debate aberto sobre o racismo e seus impactos na apropriação dos espaços, é um aspecto bastante positivo.

No capítulo 14, “Migrações no Brasil”, os autores relatam a chegada dos primeiros migrantes do país, depois do processo de colonização, que teve início por volta da segunda metade do século XVI, com a vinda forçada dos africanos escravizados. Nesse contexto, os negros foram trazidos para o Brasil para atuarem como força de trabalho em praticamente todos os setores da sociedade, até a Abolição, em 1888. Depois desse acontecimento, a força de trabalho escravo foi substituída pela imigração de trabalhadores livres europeus que trabalhavam nas lavouras de café e nas indústrias. Como já foi dito, o esforço de relacionar passado e presente é louvável, porém a ideia de substituição de mão-de-obra precisaria ser problematizada, pois tende a apagar a agência dos negros no pós-abolição (CHALHOUB; TEIXEIRA, 2009).

Utilizando de uma foto no fim da página retratando a chegada de imigrantes na estação da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo (SP), do ano de 1907, os autores apresentam os fatos ocorridos depois da criação da Lei Euzébio de Queirós, em 1850, que proibia o tráfico de escravos. Por essa razão, o país percebeu a necessidade de receber imigrantes para realizar os trabalhos antes feitos pelos escravos. Apesar dos incentivos oferecidos pelo governo imperial brasileiro para que os imigrantes fossem trabalhar nas lavouras de café, muitos eram artesãos industriais, pequenos comerciantes e outros trabalhadores urbanos.

O autor relata que os primeiros grupos europeus a chegar no Brasil, foram os alemães, formando a Província do Rio Grande do Sul, em 1824. No ano de 1870, os portugueses representavam grande número de imigrantes, embora os italianos tenham se destacado dos demais grupos, representando 42% do total de imigrantes (3,3 milhões de pessoas). Os japoneses chegaram em 1908 para trabalhar na agricultura, com o objetivo de voltar ao seu país de origem, o que não foi possível devido à forte crise que o país passava, com o desemprego. É apresentado no livro que os imigrantes, vindos de outros países, preservam seus costumes e

culturas, a fim de manter uma ligação com sua pátria, e isso foi sendo passado ao longo das gerações.

Segundo os autores, as migrações começaram a diminuir devido a fatores de ordem internacional, tais como a Primeira Guerra mundial, crise de 1929, Segunda Guerra Mundial. Todos eles contribuíram para a redução da imigração no século XX. Internamente, a imigração também foi desestimulada no governo de Getúlio Vargas que, em 1934, criou a Lei de Cotas, que restringia a entrada de estrangeiros no país.

Sobre a presença indígena no Brasil, os autores descrevem uma tribo com costumes tradicionais, e ao decorrer do texto, expressa a nova realidade de muitos indígenas, que foram morar nas grandes cidades à procura de empregos, educação e saúde, sendo chamados de índios urbanos. Como exemplo, o autor cita os índios da etnia Pankararu, residentes no bairro Real Parque em São Paulo. Eles foram a primeira sociedade indígena a não morar na aldeia e serem reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Contabilizados em 2000, os Pankararu, distribuídos em vários bairros, se reúnem com frequência na sede de sua associação para realizar seus festejos e rituais religiosos.

O autor apresenta também o caso de outra tribo de indígena da etnia Terena, do Mato Grosso do Sul. Esse grupo se espalhou pela cidade de Campo Grande desde 1920, buscando viver como qualquer cidadão urbano, fato comum entre os indígenas que residem nas cidades, apesar do preconceito que sofrem, assim como a falta de emprego. Porém, os Terenas foram se agrupando e formaram uma aldeia nas terras da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dentro da cidade de Campo Grande. Essa aldeia tem uma escola diferenciada e um centro cultural que permite que os indígenas realizem suas danças, cantos e artefatos. Por meio do texto, o autor se posiciona na questão das dificuldades vivida pelos povos indígenas no Brasil, citando um grupo indígena da tribo Guarani Kaiowá, que criou uma banda de *rap* na intenção de protestar através das letras, reivindicando seus direitos em viver em tribos próximos às grandes cidades. Segundo os autores, essa reivindicação não tem aprovação nem mesmo por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é o órgão responsável em cuidar dos direitos indígenas.

Considerações finais

A partir da análise dos três livros, é possível observar como uma série de temas importantes sobre a população brasileira e sua diversidade étnico-racial foram apresentados.



Ao realizar a comparação entre os volumes, considerando a interpretação desenvolvida no item anterior, é possível classificar a forma como esses temas foram abordados em como: **ótima**, quando foram muito bem desenvolvidos e aprofundados, de forma a fomentar uma perspectiva crítica e cidadã; **insatisfatória**, em relação àqueles que precisariam de uma apresentação mais cuidadosa, pois abrem a possibilidade de leituras equivocadas, limitadas ou que tem o potencial de reforçar estereótipos ou preconceitos entre o público alvo e, por fim, **mediana**, pois, embora precisassem ser melhor explorados, já apresentam aspectos positivos para a formação discente.

Assim, em relação ao livro didático “Geografia em rede” (SILVA e FURQUIM, 2016), é possível observar que a abordagem de duas temáticas poderiam ser considerada como **ótima** (debate sobre racismo a partir do mito da democracia racial e diversidade etnias africanas escravizadas), enquanto a exposição de outras duas temáticas poderia ser classificada como **mediana**. (quilombo de Palmares e políticas afirmativas). Porém, a maior parte dos temas é apresentada de forma **insatisfatória**: a noção de “união das três raças”, a substituição da mão-de-obra indígena escravizada pela africana escravizada, a apresentação dos povos indígenas e sua relação com passado e presente e, por fim, a ênfase em uma visão eurocêntrica em detrimento das perspectivas e valores indígenas. Dessa forma, embora seja o livro que mais traz temas sobre diversidade étnico-racial, é o menos cuidadoso no momento de elaborar a apresentação desse conteúdo.

O livro “Geografia das redes” (SANTOS, 2016), por sua vez, traz dois temas de forma **ótima** (relação entre preconceito/ espaço geográfico e debate sobre racismo a partir de índices de homicídios) e um tema de forma **insatisfatória** (a ênfase em uma visão eurocêntrica em detrimento das perspectivas e valores indígenas). E, por fim, o livro “Ser protagonista” (BALDRAIA, 2016), traz três temas de forma **ótima** (relação entre passado e presente na compreensão das desigualdades sociais; agência negra e indígena no mundo contemporâneo e debate sobre racismo a partir da obra de Milton Santos) e um de forma **mediana** (noção de transição do trabalho escravo para trabalho livre).

Um ponto bastante positivo é observar que os três livros trazem, de forma aberta, o debate sobre o racismo, convidando os alunos a elaborarem suas reflexões a partir de diferentes provocações – “mito da democracia racial”, índices de homicídio, a produção de Milton Santos. Por outro lado, é possível observar que ainda há poucos temas sendo tratados e, principalmente, abordados de forma aprofundada e crítica. Entre esses temas, a questão indígena tem ainda

menos espaço, o que é uma lacuna bastante problemática. Tendo em vista essas observações, fica evidente que o material analisado poderia ser revisado, no sentido de incrementar sua abordagem sobre temas relacionados à diversidade populacional brasileira. De forma geral, o trabalho sugere que os livros didáticos de Geografia, aprovados pelo PNLD, poderiam ser mais atentos e cuidadosos para realizar o efetivo cumprimento da lei 11.645/2008 pois, se há aspectos positivos, também é possível identificar uma série de lacunas a serem consideradas.

Referências bibliográficas

BALDRAIA, André, et al. **Ser Protagonista**. Geografia, 2o. ano ensino médio. São Paulo: Edições SM, 2016.

BAKKE, R. R. B. **Na escola com os orixás**: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, FFLCH, USP. São Paulo, 2011.

BRASIL. LEI No.22.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Brasília, DF, mar, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 25 mai 2019.

BONIN, I. T. **E por falar em povos indígenas**: quais narrativas contam em práticas pedagógicas? Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRS. Porto Alegre, 2007.

CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA, Fernando. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v.14, n.26, pp. 16-45, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: **Da monarquia a república**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, pp. 365-384.

CUNHA, Manoela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp.5-27, 1988.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX e XXI”. **Mana**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, pp.425-457, 2015.

SANTOS, Douglas. **Geografia das redes**.: O mundo e seus lugares, 2o. ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.



SILVA, Edilson Adão Cândido da e FURQUIM Junior, Laercio. **Geografia em rede 2o. ano**. São Paulo: FTD, 2016.

SILVA, Phábio Rocha da. A (in)visibilidade indígena no livro didático de História do Ensino Médio. In: Encontro Regional de História da Anpuh, 2014, Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio**, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Ana Paula Gonçalves. **Leituras da alteridade ameríndia em André Thevet e Jean de Léry**. 2016, 144f. Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

WITTIMANN, Luisa Tombini (org). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.